

Editorial

É sabido que a Universidade (clássica) se define pela sua orientação universal, transnacional, cosmoplita, sendo lógico inferir, portanto, que o interesse pelo que é regional e local seria a negação do espírito universitário. Só que o local-regional, pela sua especificidade, constitui, muitas vezes, um laboratório para a imaginação, para a descoberta ou a criatividade (enfim, para a investigação), ao gerar o único, o original, o menos uniformizado. Deste modo, a força do local-regional pode e deve concorrer para compreender e animar processos científicos e técnicos a escalas mais amplas.

À luz destes princípios, no domínio do conhecimento histórico, é óbvio que tanto interessa o estudo das grandes civilizações, como das culturas (em sentido alargado) regionais e locais. É que também as pequenas (em número) colectividades podem e devem contar, sem perigo da dissolução das suas identidades (antes se enriquecerão), para esclarecer e animar dinâmicas sócio-económicas e culturais mais *universais*.

Recorde-se, a propósito, que, para suportar projectos de crescimento e desenvolvimento *válidos* (qualquer que seja a sua escala), se torna necessário descobrir identidades e que, segundo a tipologia de Pierre Centlivres (1981), a par da *identidade vivida* ou *presentista* (muito marcada pela vivência quotidiana e actual) e da *identidade projectiva* (orientada, sobremaneira, para o futuro), existe a *identidade histórica e patrimonial* (construída sobre acontecimentos passados importantes e/ou sobre um rico património natural, económico e sócio-cultural). Em qualquer dos casos, porém, a afloração (influência) do passado, embora variável, é inevitável.

Consciente da importância do local e do regional, o Centro de História da Sociedade e da Cultura resolveu, em 2003, conferir uma *marca* mais *regionalista* à sua investigação, pelo que tem em execução um projecto intitulado “História da Região Centro de Portugal”. Visa estudar, no presente e no passado, a Região Central do nosso País (segundo as fronteiras que a “Comissão de Coordenação da Região Centro” tutela), através de um levantamento de “Estudos e Fontes” atinentes (vazado, designadamente, numa base de dados de informação digitalizada e aberta às autarquias e ao público em geral) e à divulgação de “Sínteses” sobre os mais diversos domínios (a territorialidade, a sociogenética, a economia, os poderes, a cultura, a comunicação...), acompanhados de “Estudos Parcelares” (de espessura temporal/histórica variável), com vista a definir identidades específicas.

Ora, o presente número da “Revista de História da Sociedade e da Cultura”, pelas suas valências universal, regional e local e pelas temáticas abordadas, com destaque para os estudos sobre a Beira Alta, afigura-se estar sintonizado, plenamente, com o que acaba de ser dito.

Assim, concretamente, o número abre com «Poder e Administração na Gouveia Medieval», seguindo-se «A Mulher na Sociedade Tradicional de Riba-Côa e do Cima-Côa» e «O Vinho do Douro na Região de Lamego entre 1700 e 1850». Eis o local e o regional da nossa Beira Alta a serem objecto de abordagens históricas bastante diversificadas quanto às respectivas temáticas. Por sua vez, «Portugal e a Europa – O discurso Europeu e Federalista da Monarquia à República» e «O modelo pombalino da colonização da Amazônia» concorrem para a *universalidade* que o estudo da História também procura representar e explicar. Encerra o conjunto dos artigos «O “inventário das escrituras” do convento de S. Francisco de Santarém de [1441]. Observações breves acerca da *praxis* arquivística medieval portuguesa», posicionado no domínio documental (raro).

João Marinho dos SANTOS
Coordenador Científico do C.H.S.C.